

**Comunicado**

Em conformidade com a Lei Complementar - 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades Geral de Barretos - Ame Geral Barretos - Fundação Pio XII

**Ambulatório Médico de Especialidade Geral de Barretos - AME-G Barretos - Fundação Pio XII**

CNPJ 49.150.352/0010-03

**Demonstrações Financeiras 2016**

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores do **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS – AME-G BARRETOS - FUNDAÇÃO PIO XII - CNPJ 49.150.352/0010-03** - Barretos – SP - **Opinião:** Examinamos a demonstrações contábeis do **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS - AME-G - FUNDAÇÃO PIO XII - CNPJ 49.150.352/0010-03**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS - AME-G - FUNDAÇÃO PIO XII - CNPJ 49.150.352/0010-03**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da entidade é responsável por essas outras informações, sejam elas financeiras ou não financeiras (que não as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras).

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange essas outras informações e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações. Conforme NBC TA 720 - item A52, para as entidades não listadas, é facultado identificarmos neste relatório as outras informações que esperamos receber e que acompanham as demonstrações financeiras.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Conforme NBC TA 700 - item 40(b) é compulsório apenas as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 - item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em Reais**

ATIVO	NOTA	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição		333.299	332.232
Aplicações financeiras - com restrição	03	1.686.721	1.556.765
Estoques		146.436	112.275
Outros ativos circulantes		26.722	31.685
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.193.178</b>	<b>2.032.957</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado com restrição	04	1.374.250	1.524.468
Intangível com restrição		111.186	156.787
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.485.436</b>	<b>1.681.255</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.678.614</b>	<b>3.714.212</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em Reais**

PASSIVO	NOTA	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		17.319	149.653
Obrigações sociais e fiscais	05	223.568	212.016
Provisão de férias e encargos		292.362	281.083
Contingências a pagar		-	10.000
Empréstimos entre matriz - Filiais		13.093	10.143
Outros passivos circulantes		8.226	7.840
Projetos a executar	10	1.693.970	1.462.677
Receitas diferidas - Estoques	06	146.436	112.275
Receitas diferidas - Imobilizado	06	-	195.696
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.394.974</b>	<b>2.441.383</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Receitas diferidas - Imobilizado	06	985.448	659.359
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>985.448</b>	<b>659.359</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio líquido		298.192	613.470
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>298.192</b>	<b>613.470</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.678.614</b>	<b>3.714.212</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

**Demonstração do resultado: Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - Em Reais**

RECEITAS	Nota	2017	2016
Receita de Gestão Pública		10.708.130	10.260.425
Receita de Doações		459	764
Receita Financeira		204.755	249.284
Receita Subvenções específicas		55.673	168.599
Reversão de Contingências		10.000	-
<b>Total de receitas</b>		<b>10.979.017</b>	<b>10.679.072</b>
<b>DESPESAS</b>			
Com pessoal e encargos		(2.984.669)	(2.880.493)
Serviços de Terceiros		(5.749.003)	(5.838.095)
Medicamentos e materiais		(1.045.527)	(988.906)
Administrativas e gerais		(1.181.511)	(903.711)
Depreciações		(320.078)	(377.049)
Tributárias		(832)	(430)
Financeiras		(12.675)	(8.477)
<b>Total das despesas</b>		<b>(11.294.295)</b>	<b>(10.997.161)</b>
<b>Superávit/(Déficit) do exercício</b>		<b>(315.278)</b>	<b>(318.089)</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

**Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais**

	Patri- mônio Social	Outras reservas	Subvenções Patrimoniais	Superávit/ (déficit) do exercício	Total
<b>Saldo em 31 - 12 - 2015</b>	-	(1.013.213)	1.944.772	-	931.559
Superávit (Déficit) do Exercício	-	-	-	(318.089)	(318.089)
Transferência Superávit (Déficit) com restrição	-	(318.089)	-	318.089	-
<b>Saldo em 31 - 12 - 2016</b>	-	(1.331.302)	1.944.772	-	613.470
Superávit (Déficit) do Exercício	-	-	-	(315.278)	(315.278)
Transferência Superávit (Déficit) com restrição	-	(315.278)	-	315.278	-
<b>Saldo em 31 - 12 - 2016</b>	-	(1.646.580)	1.944.772	-	298.192

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

**Demonstrações de fluxo de Caixa: Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em Reais**

	2017	2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Superávit (déficit) do período</b>	<b>(315.278)</b>	<b>(318.089)</b>
<b>Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	381.885	489.529
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	-	-
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo intangível	-	-
Construção de contingências	-	-
<b>Redução (aumento) do ativo</b>		
Estoques	(34.161)	35.216
Outros ativos circulantes	4.963	(15.470)
<b>Aumento (redução) do passivo</b>		
Fornecedores	(132.334)	64.964
Obrigações sociais e fiscais	11.552	35.191
Provisão de Férias e encargos	11.279	41.779
Cheques a compensar	-	(35.483)
Contingências a pagar	(10.000)	0
Projetos a Executar	231.293	412.739
Receitas Diferidas - estoques	34.161	(35.216)
Receitas Diferidas - imobilizado	130.393	(142.215)
Transações entre filiais	2.950	3.510
Outros passivos circulantes	386	(677)
<b>Geração (utilização) da caixa das atividades operacionais</b>	<b>317.089</b>	<b>535.778</b>

	2017	2016
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de investimentos	-	-
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(186.066)	(64.186)
<b>Geração (utilização) da caixa das atividades investimentos</b>	<b>(186.066)</b>	<b>(64.186)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-
<b>Geração (utilização) da caixa das atividades operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>131.023</b>	<b>471.592</b>
Caixa e equivalentes no início do período	1.888.997	1.417.405
Caixa e equivalentes no fim do período	2.020.020	1.888.997
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>131.023</b>	<b>471.592</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em Reais.**

**1. Contexto Operacional:** A Fundação Pio XII é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecida juridicamente como sendo de utilidade pública. Foi habilitada como Organização Social da área da saúde, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, através do Despacho do Secretário Adjunto respondendo pelo Expediente nº 107 de 10 de junho de 2009. O Ambulatório Médico de Especialidades Geral Barretos - AME-G Barretos, oferece atividades ambulatoriais, consultas e exames, e instituiu um serviço que ofereça qualidade e resolutividade. O contrato foi assinado em 22 de junho de 2011, com vigência de 5 anos, podendo ser renovado, sendo publicado no Diário Oficial no dia 23 de junho de 2011, poder executivo, seção I. Para o ano de 2013 foi assinado o Termo Aditivo nº 01/13 em 28 de dezembro de 2012, sendo publicado no Diário Oficial no dia 29 de dezembro de 2012

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras. **Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. **b) Apuração de receitas e despesas do exercício:** As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais. **c) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. **d) Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras passivos. **e) Ativos circulantes e não circulantes: Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. **Aplicações financeiras:** São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização. **Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa. **Redução ao valor recuperável:** O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017. **f) Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **Provisões:** As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g) Aplicação de recursos:** Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

**3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO:**

	2017	2016
Aplicações em fundos de investimentos	1.686.721	1.556.765
<b>Total</b>	<b>1.686.721</b>	<b>1.556.765</b>

O Contrato de Gestão estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros deverão ser aplicados integralmente na realização de seus objetos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. Dessa forma, a diretoria irá utilizar integralmente o saldo acumulado da conta superávit do exercício e dos valores registrados em aplicações financeiras na consecução do respectivo objeto social.

**4. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO:**

Descrição:	Taxa Anual %	Saldo 31.12.16 R\$	Adições R\$	Baixas R\$	Transf. R\$	Saldo 31.12.17 R\$
<b>Custo</b>						
Móveis e utensílios	10	293.174	20.129			313.303
Computadores e periféricos	20	527.381	41.731			569.112
Máquinas e equipamentos	10	2.584.343	108.000			2.692.343
Veículo		40.816	-			40.816
Biblioteca		402	-			402
<b>Total</b>		<b>3.446.116</b>	<b>169.860</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.615.976</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>						
Móveis e utensílios		(123.771)	(29.951)			(153.722)
Computadores e periféricos		(476.464)	(30.972)			(507.436)
Máquinas e equipamentos		(1.281.857)	(257.854)			(1.539.711)
Veículo		(39.381)	(1.260)			(40.641)
Biblioteca		(175)	(41)			(216)
<b>Total</b>		<b>(1.921.648)</b>	<b>(320.078)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.241.726)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.524.468</b>	<b>(150.218)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.374.250</b>

**5. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS:**

	2017	2016
Salários a pagar	127.815	120.970
INSS a recolher	16.044	17.314
FGTS a recolher	33.810	31.848
Outros	45.899	41.884
<b>Total</b>	<b>223.568</b>	<b>212.016</b>

São Paulo, 24 de janeiro de 2018.

SGS Auditores Independentes - CRC 2 SP 020.277/O-5  
Presley José Godoy - CRC 1 SP 185.052/O-5

**6. RECEITAS DIFERIDAS:**

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de aquisição de estoques e imobilizados nos moldes da NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2017	2016
Receitas diferidas - passivo circulante	146.436	307.971
Receitas diferidas - passivo não circulante	985.448	659.359
<b>Total</b>	<b>1.131.884</b>	<b>967.330</b>

**7. CONVÊNIO E SUBVENÇÕES ESPECÍFICAS:**

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 a entidade recebeu subsídios através de Contrato de Gestão firmado com Órgãos estaduais cujos valores contabilizados em receita:

	2017	2016
Contrato de Gestão (processo) nº 001.0500.000.055/2016	11.160.372	-
Contrato de Gestão (processo) nº 001.0500.000.068/2015	-	5.055.004
Contrato de Gestão (processo) nº 001.0500.000.013/2016	-	5.609.331
<b>Total</b>	<b>11.160.372</b>	<b>10.664.335</b>

**8. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIO ESPECÍFICOS:**

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

**POSIÇÃO EM 31-12-2017 - EM REAIS.**

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	Recebido R\$	Aplicado R\$
Contrato de Gestão (Termo Aditivo) nº 01 e 02/2017 / Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde	Operacionalização da gestão e execução, pela contratada, das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades Geral de Barretos AME-G Barretos	Prestar os serviços de saúde conforme Anexo Técnico I do Contrato de Gestão; Dar atendimento exclusivo aos usuários do SUS; Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, entre outras.	11.160.372	11.294.295

**POSIÇÃO EM 31-12-2016 - EM REAIS.**

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	Recebido R\$	Aplicado R\$
Contrato de Gestão (Termo Aditivo) nº 01 e 02/2014 Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde	Operacionalização da gestão e execução, pela contratada, das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades Geral de Barretos AME-G Barretos	Prestar os serviços de saúde conforme Anexo Técnico I do Contrato de Gestão; Dar atendimento exclusivo aos usuários do SUS; Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, entre outras.	10.664.335	10.997.161

**9. RENÚNCIA FISCAL:**

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

**10. PROJETOS A EXECUTAR**

Os valores registrados no passivo decorrentes aos Projetos em 2017 no montante de R\$ 1.693.970 serão executados em 2018 (Em 2016 - R\$ 1.462.677) para compra de materiais médico-hospitalares, medicamentos e de consumo conforme as necessidades do Ambulatório, e verbas rescisórias em caso de rescisão do Contrato de Gestão, bem como a manutenção preventiva, eventual substituição dos equipamentos e serviços.

**11. EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO:**

Foram executadas seguintes atividades em 31-12-2017:

**11.a DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO:**

DESCRIÇÃO	REALIZADO
nº de consultas médicas	54.955
nº de consultas/procedimentos terapêuticos não médicos	15.445
nº de cirurgias	1.602
nº de SADT Externo	22.835

**11.b COMPARATIVO DE META E PRODUÇÃO:**

DESCRIÇÃO	CONTRATADO	REALIZADO	%
nº de Primeiras Consultas	14.400	11.395	(20,87)
nº de Interconsultas	6.000	7.500	25,00
nº de Consultas Subseqüentes	38.544	36.060	(6,44)
nº de Consultas não Médicas	7.632	7.350	(3,69)
nº de Procedimentos Terapêuticos não Médicos	9.000	8.095	(10,06)
nº de Cirurgias de Menor Complexidade (cma)	1.680	1.602	(4,64)
nº de SADT Externo	21.960	22.835	3,98

Foram executadas seguintes atividades 31-12-2016:

**11.a DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO:**

DESCRIÇÃO	REALIZADO
nº de consultas médicas	54.423
nº de consultas/procedimentos terapêuticos não médicos	15.700
nº de cirurgias	1.609
nº de SADT Externo	21.401

**11.Bb COMPARATIVO DE META E PRODUÇÃO:**

DESCRIÇÃO	CONTRATADO	REALIZADO	%
nº de Primeiras Consultas	18.000	12.101	(32,77)
nº de Interconsultas	4.800	5.265	9,69
nº de Consultas Subseqüentes	36.144	37.057	2,53
nº de Consultas não Médicas	8.832	7.727	(12,51)
nº de Procedimentos Terapêuticos não Médicos	7.200	7.973	10,74
nº de Cirurgias de Menor Complexidade (cma)	1.680	1.609	(4,23)
nº de SADT Externo	21.960	21.401	(2,55)

Henrique Duarte Prata  
Presidente do Conselho de Administração

Michel Jorge Hayek  
Técnico em Contabilidade CRC 1SP 194766/O-8  
CPF 444.167.258-68